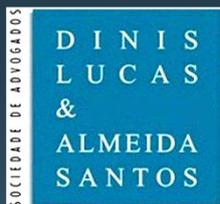


Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos, Sociedade de Advogados RL
De 3 a 7 de Novembro



Boutique law firm

geral@dlas.pt

www.dlas.com.pt

217 816 010

Av. Republica n° 50

7-A

1050-196

Lisboa

DESTAQUES

DE 3 A 7 DE NOVEMBRO DE 2014

EDUCAÇÃO E EMPREGO

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 61/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 212/2014, SÉRIE I DE 2014-11-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Constitui uma Comissão de Acompanhamento que visa acompanhar o procedimento de apuramento dos factos constitutivos do direito à compensação financeira dos docentes cuja colocação foi anulada no âmbito da bolsa de contratação de escola no ano letivo de 2014-2015

[DECRETO-LEI N.º 166/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-0658777681](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

PREVENÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

[DECRETO-LEI N.º 170-A/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 216/2014, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-07](#)

Ministério da Administração Interna

Estabelece o regime jurídico da homologação e utilização dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção para crianças em veículos rodoviários e transpõe a Diretiva de Execução n.º 2014/37/UE, da Comissão, de 27 de Fevereiro de 2014

DEFESA NACIONAL

[DECRETO-LEI N.º 167/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-06](#)

Ministério da Defesa Nacional

Define os termos da extinção dos estabelecimentos fabris do Exército denominados Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e Oficinas Gerais de Material de Engenharia

PROTECÇÃO CIVIL

[PORTARIA N.º 224-A/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Ministérios das Finanças e da Administração Interna

Fixa a Estrutura nuclear da Autoridade Nacional de Protecção Civil

FINANCEIRO

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 62/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova minutas de aditamento a contratos fiscais de investimento, a contratos de investimento e a contratos de concessão de benefícios fiscais e declara a resolução de contratos de investimento e de contratos de concessão de benefícios fiscais, celebrados entre o Estado Português e diversas sociedades

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 63/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de bens e serviços para assegurar a manutenção e assistência técnica dos veículos multimarca adstritos ao Comando Metropolitano de Lisboa, à Direção Nacional, à Unidade Especial de Polícia, ao Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna e ao Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, para os anos de 2015 a 2017

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 64/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de bens alimentares e prestação de serviços de apoio à atividade das messes e bares da Polícia de Segurança Pública, para os anos de 2015 a 2017

[PORTARIA N.º 221/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Ministério da Economia

Fixa as taxas de terminal devidas pelos serviços prestados pela NAV Portugal, E. P. E., para o ano de 2014 e revoga a Portaria n.º 62/2013, de 12 de fevereiro

[PORTARIA N.º 222/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Ministérios da Economia e da Saúde

Define o regime de preços e participações a que ficam sujeitos os reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria e as agulhas, seringas e lancetas destinadas a pessoas com diabetes

[PORTARIA N.º 224/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Ministério da Saúde

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde

[PORTARIA N.º 225/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 214/2014, SÉRIE I DE 2014-11-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos à Presidência do Conselho de Ministros, para o ano de 2015

[PORTARIA N.º 227/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-06](#)

Ministério da Saúde

Define a atividade de compras centralizadas específicas da área da saúde que constituem atribuição da SPMS, E. P. E. - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

AMBIENTE

[DECRETO-LEI N.º 165/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 214/2014, SÉRIE I DE 2014-11-05](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo

[PORTARIA N.º 229-A/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-065](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece um regime excecional aplicável à remoção dos resíduos depositados nas Escombreiras das Antigas Minas de S. Pedro da Cova

AGRICULTURA E PESCAS

[DECRETO-LEI N.º 168/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-06](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Altera o modelo de governação e o enquadramento normativo do Programa Operacional Pesca, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de maio, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de maio

[DECRETO-LEI N.º 169/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-06](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, transpondo a Diretiva de Execução n.º 2014/22/UE, da Comissão, de 13 de fevereiro de 2014, no que respeita à anemia infecciosa do salmão

[PORTARIA N.º 226/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 215/2014, SÉRIE I DE 2014-11-06](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Define o regime de produção e comércio dos vinhos com indicação geográfica (IG) «Tejo» mantendo o reconhecimento desta indicação geográfica. Procede ainda à atualização da lista de castas a utilizar na produção de vinhos com direito à IG «Tejo», de acordo com a nomenclatura constante da Portaria n.º 380/2012, de 22 de novembro e revoga a Portaria n.º 445/2009, de 27 de abril

REGIÕES AUTÓNOMAS

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 12/2014/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 213/2014, SÉRIE I DE 2014-11-04](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o qual estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), e respetivos programas operacionais (PO), para o período de programação 2014-2020

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 13/2014/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 214/2014, SÉRIE I DE 2014-11-05](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar a partir de outubro de 2014 na Região Autónoma da Madeira

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou, no âmbito da reforma "Defesa 2020", a alteração à Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), de que resulta uma modificação muito significativa dos cargos dirigentes, superiores e intermédios, bem como a correspondente racionalização dos serviços.
2. O Conselho de Ministros aprovou a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), dotando esta estrutura das capacidades adequadas ao exercício das novas competências que lhe foram cometidas.
3. O Conselho de Ministros aprovou ainda as Leis Orgânicas do Exército, da Força Aérea e da Marinha.
4. O Conselho de Ministros aprovou a adaptação dos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras.
5. O Conselho de Ministros alterou a designação do Instituto de Seguros de Portugal para Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovou os respetivos estatutos, procedendo ao necessário ajustamento na Lei Orgânica do Ministério das Finanças.
6. O Conselho de Ministros prorrogou o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções prestadas a serviços públicos essenciais. O prazo para a apresentação desses pedidos é alargado até 31 de dezembro de 2015
7. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico relativo à aprovação, atribuição de matrícula, alteração de características e inspeção de veículo automóvel e de ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos participantes em competição desportiva, para efeitos de circulação na via pública.
8. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que assegura a execução das obrigações decorrentes de um Regulamento da União Europeia que estabelece as medidas relativas à introdução de remessas pessoais de produtos de origem animal, com carácter não comercial, provenientes de países terceiros.
9. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos no domínio da Redução da Procura e da Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas.
10. O Conselho de Ministros aprovou duas propostas de resolução sobre duas emendas aos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, adoptadas em Assembleia Geral, e pelas quais as línguas árabe e chinesa passam a ser reconhecidas também como línguas oficiais desta Organização.
11. O Conselho de Ministros renovou os mandatos dos dois vogais não executivos do conselho superior do Conselho das Finanças Públicas, sob proposta conjunta do presidente do Tribunal de Contas e do governador do Banco de Portugal.
12. O Conselho de Ministros aprovou a designação de dois representantes do Governo no Conselho Económico e Social, em efetivo e um suplente.
13. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Teatro Nacional de São João, E.P.E., assegurando a continuidade de funções da atual presidente e de um dos vogais.

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt
